

23/09/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.956-2 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACIENTE(S) : DAVID RODRIGO LIRA DA COSTA
IMPETRANTE(S) : LYDIO DA HORA SANTOS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 100791 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO STJ. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 691. PERDA DE OBJETO SUPERVENIENTE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MATÉRIA DECIDIDA PELO STJ EM DESFAVOR DO PACIENTE. INICIAL ADITADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A perda superveniente do objeto quanto ao pedido de liberdade provisória implica a prejudicialidade desse pedido.

II - A formação do consenso colegiado pelo STJ, no tocante ao trancamento da ação penal, após a impetração do writ no Supremo Tribunal Federal, em especial quando a decisão encontra ressonância na jurisprudência desta Casa, recomenda o não-conhecimento do *habeas corpus*, a viabilizar, se assim o desejar a defesa, o enfrentamento de todos os seus fundamentos.

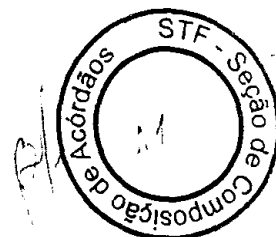
III - *Habeas corpus* não conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, não conhecer do pedido de *habeas corpus*; vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Carlos Britto.

Brasília, 23 de setembro de 2008.


RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



23/09/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 93.956-2 RIO DE JANEIRO**

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACIENTE(S) : DAVID RODRIGO LIRA DA COSTA
IMPETRANTE(S) : LYDIO DA HORA SANTOS E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 100791 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

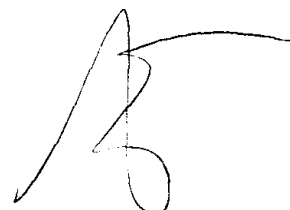
R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Lydio da Hora Santos e outros, em favor de DAVID RODRIGO LIRA DA COSTA, apontando como autoridade coatora a Ministra do Superior Tribunal de Justiça, relatora do *Habeas Corpus* 100.791/RJ, que indeferiu a medida liminar nele deduzida.

Alegam os impetrantes, em preliminar, a necessidade de superação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, haja vista a manifesta ilegalidade que suporta o paciente (fl. 03).

Narram, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante porque, no automóvel que dirigia, um dos caronas portava, sem autorização legal, arma de fogo de uso restrito (fl. 05).

Diante da prisão, a defesa pediu o relaxamento do flagrante. O pedido foi denegado, com estes argumentos (fl. 45):



HC 93.956 / RJ

"Razão assiste ao Ministério Público, pois regular e legal o auto de prisão em flagrante, até porque o indiciado fora preso quando conduzia um veículo no qual foi apreendida uma arma de fogo, sem registro, não possuindo qualquer dos ocupantes autorização legal para portá-la, o que denota situação flagrancial.

Ademais, estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, uma vez que, conforme bem destacada pelo parecer do douto representante do M.P., o qual adoto integralmente como parte da presente, o indiciado é afeto à prática criminosa, o que pode prejudicar a aplicação da lei penal, justificando-se a manutenção da prisão preventiva".

Inconformada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que também foi negado, sob o seguinte fundamento (fl. 89):

"Da mesma forma, não tem melhor sorte a pretendida concessão de liberdade provisória, pois, como destacado pelo Ministério Público de primeiro grau (fls. 45/46), presentes os requisitos da prisão preventiva, na forma do art. 312 do Código de Processo Penal, especialmente para garantia da aplicação da lei penal, vez que o paciente é afeto à prática criminosa".

Novo writ foi impetrado, agora diante do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a liminar com a seguinte motivação (fl. 112):

"Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar cabal e inequivocamente, como demanda eventual deferimento de medida liminar, qualquer



HC 93.956 / RJ

mácula ou falta de fundamentação no acórdão que manteve a custódia cautela do paciente, posto que, em princípio, calcado em fatos concretos".

Sustentam, em suma, a atipicidade da conduta, pois o paciente desconhecia o porte ilícito de arma por um dos indiciados (fls. 12-14), e carência na fundamentação que negou o pedido de liberdade provisória, em face do preenchimento dos pressupostos necessários à concessão da benesse (fls. 14-21).

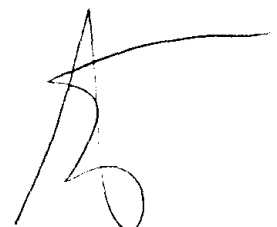
Requerem, ao final, o deferimento de medida liminar para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da impetração e, no mérito, a concessão definitiva da ordem para trancar a ação penal ou, alternativamente, conceder a liberdade provisória ao paciente (fl. 22-23).

Em 6/3/2008, indeferi a medida liminar (fls. 116-118).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Cláudio Lemos Fonteles, opinou pelo não conhecimento do writ.

Após o parecer ministerial, os impetrantes apresentaram documentação suplementar (fl. 125-216).

É o relatório.



23/09/2008**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 93.956-2 RIO DE JANEIRO****V O T O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que a ordem não comporta conhecimento.

Com efeito, o sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça informa que a ordem pleiteada no *habeas corpus* lá impetrado foi concedida parcialmente para assegurar ao paciente a liberdade provisória. Eis o teor da ementa:¹

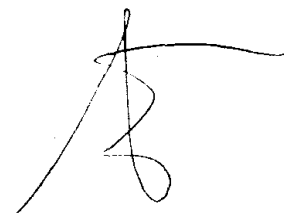
"HABEAS CORPUS - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - IMPOSSIBILIDADE - LIBERDADE PROVISÓRIA - DECISÕES DE PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA QUE SEQUER CITAM OS REQUISITOS LEGAIS - NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO COM DADOS CONCRETOS - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1- O trancamento de uma ação penal exige que a ausência de comprovação da existência do crime, dos indícios de autoria, de justa causa, bem como a atipicidade da conduta ou a existência de uma causa extintiva da punibilidade esteja evidente, independente de aprofundamento na prova dos autos, situação incompatível com a estreita via do *habeas corpus*.

2- A prisão processual é medida excepcional e deve ser mantida apenas quando devidamente amparada pelos requisitos legais, em observância ao princípio constitucional da não culpabilidade.

¹

<https://ww2.stj.gov.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSEC=3957423&sReg=2008004> - acesso em 9/9/2008, às 09:30.



HC 93.956 / RJ

3- A ausência de qualquer destaque a fatos concretos distintos da própria prática delituosa, evidencia-se a ilegalidade da manutenção do cárcere.

4- Ordem parcialmente concedida para conceder ao paciente a liberdade provisória, mediante assinatura em termo de comparecimento a todos os atos do processo, cuja lavratura delegeo ao Juiz de primeiro grau".


Nessa parte, portanto, há patente perda do objeto.

Resta apreciar o pedido de trancamento da ação penal.

Quanto a esse pleito, ao que se depreende da ementa acima transcrita, a decisão encontra pleno respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Como se sabe, o trancamento do processo-crime configura medida excepcional que só se viabiliza se o fato narrado evidentemente não constituir crime, já estiver configurada a extinção da punibilidade, for manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.

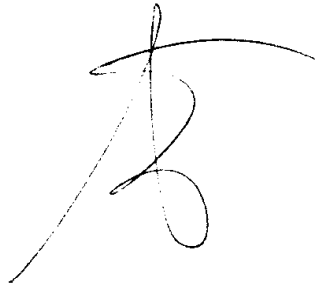
No caso, o paciente foi preso ao dirigir um veículo no qual foi apreendida uma arma de fogo, sem registro, não possuindo qualquer dos ocupantes autorização legal para portá-la.



HC 93.956 / RJ

A formação do consenso colegiado pelo STJ, após a impetração do writ no Supremo Tribunal Federal, em especial quando a decisão encontra ressonância nos julgados desta Casa, recomenda o não-conhecimento do *habeas corpus*, a viabilizar, se assim o desejar a defesa, o enfrentamento de todos os seus fundamentos.

Isso posto, não conheço da impetração.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'B' with a long horizontal stroke extending to the right.

23/09/2008

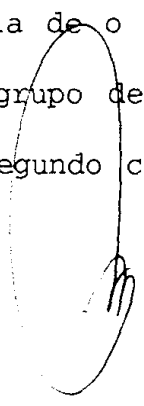
PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.956-2 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Vossa Excelência disse que teria o trecho do ato que implicou o indeferimento do relaxamento da prisão. A decisão da relatora no Superior Tribunal de Justiça serve para todo e qualquer processo, é uma decisão genérica.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - O pedido do relaxamento foi denegado no juízo de primeiro grau, da seguinte forma - é um pequeno trecho: razão assiste ao Ministério Público, pois regular e legal o auto de prisão em flagrante, até porque o indiciado fora preso quando conduzia um veículo no qual foi apreendida uma arma de fogo sem registro, não possuindo qualquer dos ocupantes autorização legal para portá-la, o que denota situação flagrancial. Ademais, estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, uma vez que, conforme bem destacado pelo parecer do douto representante do MP, o qual adoto integralmente como parte da presente, o indiciado é afeto à prática criminosa, o que pode prejudicar a aplicação da lei penal, justificando-se a manutenção da prisão preventiva.

Eu me impressionei com a circunstância de o fato ter ocorrido no Rio de Janeiro, e de tratar-se de um grupo de pessoas com arma de porte proibido. O paciente é afeito, segundo consta no parecer do Ministério Público, à prática criminosa.



HC 93.956 / RJ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Por que seria afeito?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Em face de que dispõe a Súmula 691 me parece não ser possível adentrar mais profundamente na análise dos fatos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Mas precisamos de elemento para saber se há excepcionalidade.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Estou assentando que não há teratologia em todas as três decisões que examinei aqui.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Vou pedir vista em mesa e saliento, mais uma vez, que o indeferimento da liminar no Superior Tribunal de Justiça se fez mediante pronunciamento - e isso é péssimo em termos de ofício judicante - que se presta para todo e qualquer processo. Eis o que consignado:

Examinei a documentação juntada, bem como os pedidos feitos na inicial, e não me convenci, sem as devidas informações, sobre a ocorrência da alegada coação, por não vislumbrar cabal e inequivocadamente, como demanda eventual deferimento de medida liminar, qualquer mácula ou falta de fundamentação no acórdão que manteve a custódia cautelar do paciente, posto que, em princípio, calcado em fatores concretos.

Não há uma única linha aludindo à situação concreta.

Peço vênica e peço vista em mesa, só para examinar o ato de prisão, porque se declarou que o paciente seria afeito ao crime.

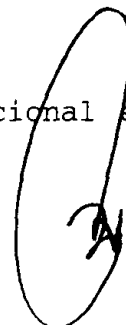
23/09/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.956-2 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Houve o indeferimento do pedido de relaxamento de prisão e consignou-se que o paciente, juntamente com outras pessoas, havia sido surpreendido em um veículo e teria uma arma de fogo. Fez-se referência, reportando-se o Juízo à manifestação do Ministério Público, à personalidade afeita - aqui seria afeita e não afetada, como grafada - à prática criminosa. Mas qual foi a premissa? Que no veículo - não o paciente, se fosse o paciente ainda se poderia cogitar de periculosidade - estaria comparsa, que se apontou como comparsa, integrante de organização criminosa. Mas nada se disse em relação ao paciente.

Por isso entendo que a situação é excepcional e peço vênua ao relator para conceder a ordem.



*Supremo Tribunal Federal***PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 93.956-2**

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S): DAVID RODRIGO LIRA DA COSTA

IMPTE.(S): LYDIO DA HORA SANTOS E OUTRO(A/S)

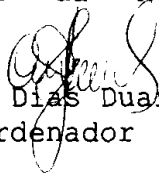
COATOR(A/S)(ES): RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 100791 DO
SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma não conheceu do pedido de **habeas corpus**; vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Carlos Britto. 1ª Turma, 23.09.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito. Compareceram os Ministros Cezar Peluso e Eros Grau, ocupando as cadeiras da Ministra Cármen Lúcia e do Ministro Ricardo Lewandowski, respectivamente, para julgarem processos a eles vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador